

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.758 - PI (2019/0268444-9)

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**AGRAVANTE** : ERISVALDO DA SILVA PEREIRA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial, com fundamento na Súmula 7/STJ.

Nas razões do especial, aponta a defesa violação do art. 59 do CP.

Sustenta a falta de fundamentação concreta na exasperação da pena-base pelas circunstâncias e consequências do crime.

Requer, assim, o provimento do recurso especial, a fim de que seja redimensionada a pena.

Apresentada a contraminuta, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

O recurso é tempestivo e ataca os fundamentos da decisão agravada. Passo, portanto, à análise do mérito.

Consta dos autos que o agravante foi condenado à pena de 6 anos e 8 meses de reclusão, no regime fechado, como incurso no art. 157, § 2º, II, do CP. Interposto recurso de apelação, o Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo defensivo, para fixar o regime semiaberto. Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados.

Acerca das circunstâncias e consequências do crime, o acórdão recorrido assim referiu (fls. 264/279):

Assim, as circunstâncias da infração penal compreendem as particularidades do fato criminoso, devendo ser analisado, neste passo, o lugar do crime, o tempo de sua duração, o relacionamento existente entre o autor e vítima, a atitude assumida pelo delinquente no decorrer da realização do fato criminoso.

*In casu*, o magistrado elencou que "**Circunstâncias - o crime foi cometido pela manhã, quando a vítima se dirigia à faculdade em que estuda**". O magistrado de primeiro grau elencou fundamentos concretos para fundamentar a valoração negativa, porquanto o crime praticado em plena luz do dia merece maior reprovabilidade.

Nesse sentido, tem-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

[...]

**CONSEQUÊNCIAS DO CRIME:** Os danos causados pela infração, ou as suas consequências, podem ser de ordem material ou moral e deve o Juiz avaliar

a menor ou maior intensidade da lesão jurídica causada à vítima ou a seus familiares.

Agiu corretamente o magistrado *a quo* ao valorar esta circunstância judicial como grave, **em face do abalo psicológico que a vítima sofreu**. Portanto, deve ser mantida a valoração desfavorável ao réu.

Conclui-se, desta feita, que o magistrado valorou negativamente, de forma equivocada, a circunstância judicial da conduta social e dos motivos do crime, razão pela qual vê-se a necessidade de reduzir a pena-base do Apelante.

Passa-se à fixação da pena do acusado:

1ª FASE: Das Circunstâncias Judiciais: Considerando a pena máxima e mínima prevista para o delito, tem-se o intervalo de pena em abstrato do preceito secundário do crime previsto no art. 157 do CP, que acrescida de 1/8 para cada circunstância, causa um aumento total de 09 (nove) meses para cada circunstância judicial desfavorável, razão pela qual fixo a pena-base em 01 (um) ano e 06 (seis) meses (PENA MÍNIMA: 04 / PENA MÁXIMA 10 anos INTERVALO DA PENA = 06 anos POR 1/8 = 09 (nove) meses. LOGO, PENA-BASE FIXADA EM 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

2ª FASE: Das Circunstâncias Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou atenuantes a serem sopesadas, mantendo-se a pena do acusado em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

3ª FASE: Das Causas de Aumento e de Diminuição:

Presente a causa de aumento prevista no art. 157, §2º, II, do CP (concurso de pessoas), majoro a pena em 1/3 (um terço), fixando-a em 07 (sete) anos e 04 (quatro) meses de reclusão.

Contudo, verifica-se que o Apelante foi condenado à pena definitiva de 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão pelo magistrado de primeiro grau, não podendo sua situação ser, neste momento, agravada, visto que apenas o réu apresentou recurso, sendo vedado a reforma *in pejus* no ordenamento jurídico brasileiro.

Nesse contexto, mantenho a pena definitiva aplicada pelo juízo *a quo*, qual seja, 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 32 (trinta e dois) dias-multa.

Como é consabido, via de regra, não se presta o recurso especial à revisão da dosimetria das penas estabelecidas pelas instâncias ordinárias. Contudo, a jurisprudência desta Corte admite, em caráter excepcional, o reexame da aplicação das penas, nas hipóteses de manifesta violação aos critérios dos arts. 59 e 68 do Código Penal, sob o aspecto da ilegalidade, nas hipóteses de falta ou evidente deficiência de fundamentação ou ainda de erro de técnica.

O simples fato da vítima se dirigir à faculdade pela manhã, mostra-se ínsito ao próprio delito de roubo, não ficando demonstrado maior reprovabilidade da conduta, razão pela qual deve ser afastada a vetorial das circunstâncias do delito.

A propósito:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DOSIMETRIA DA PENA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. REDUÇÃO AO MÍNIMO LEGAL. PENA INFERIOR A 8 ANOS. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS E RÉU PRIMÁRIO. REGIME SEMIABERTO. POSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

**1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a pena-base não pode ser fixada acima do mínimo legal com fundamento em elementos constitutivos do crime ou com base em referências vagas, genéricas, desprovidas de fundamentação objetiva para justificar a sua exasperação, bem como o aumento não pode levar em conta circunstâncias sopesadas, no caso concreto, nas demais fases da dosimetria.**

2. De acordo com a Súmula 440/STJ, "fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito". Pena inferior a 8 anos, sendo o réu primário e não subsistindo circunstância judicial desfavorável, cabível é o regime semiaberto.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1292243/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 23/05/2018.)

O abalo emocional decorrente de eventual violência ou grave ameaça é decorrência natural do delito, não justificando a exasperação da reprimenda, de modo que, para ser considerado como fundamento idôneo, exige-se que o dano seja anormal e especificado de forma concreta, o que não ficou evidenciado na hipótese.

Isso significa que, acaso as instâncias ordinárias considerem graves referidas consequências em decorrência da prática do delito, devem especificar em que consistiu o dano psicológico, de sorte a desbordar do ínsito à espécie. Nesse sentido:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PENA-BASE. CONSEQUÊNCIAS. PRESUNÇÃO DE DANO. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

**1. É ilegítima a manutenção do aumento da pena-base em relação à vetorial consequências quando o juiz faz apenas suposição vaga acerca de eventuais danos psicológicos que teria sofrido a vítima.**

2. *Agravo regimental não provido.* (AgRg no AREsp 1005981/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 02/02/2017), com destaques.

# Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. ART. 157, §2º, I e II, do CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. ABALO EMOCIONAL DA VÍTIMA. VALORAÇÃO NEGATIVA. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. DECORRÊNCIA NATURAL DO CRIME COMETIDO COM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA.

[...]

2. No caso concreto, considerou-se mais graves as consequências do crime de roubo praticado pelos agravantes, porquanto uma das vítimas teria relatado, durante o inquérito policial, que o fato delitivo lhe causou grande abalo emocional. **Não foi especificado, no entanto, em que consistiu tal perturbação psicológica, isto é, se representou apenas um temor passageiro ou se constituiu trauma mais incisivo e prejudicial à vida cotidiana da vítima.**

[...]

4. *Agravo regimental provido para reconsiderar a decisão agravada e, assim, reduzir as penas de ambos os agravantes, fixando-as, definitivamente, em 7 (sete) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão, sob regime inicial fechado, e 17 (dezesete) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.* (AgRg no AREsp 876.790/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 17/08/2016).

Devem ser afastadas, portanto, as circunstâncias judiciais negativas, com o estabelecimento da pena-base no mínimo legal, ficando a pena definitiva em 5 anos e 4 meses de reclusão, mais o pagamento de 13 dias-multa, mantido o regime semiaberto, nos termos do art. 33, § 2º, *b*, do CP.

Ante o exposto, dou provimento ao agravo em recurso especial a fim de reduzir a pena para 5 anos e 4 meses de reclusão, mais 13 dias-multa, no regime semiaberto.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator